

3

Igreja Sacramento da Salvação

O Concílio Vaticano II realiza uma verdadeira revolução copernicana na Igreja. Pela primeira vez a Igreja buscou dar uma definição de si ⁵⁵ ao mesmo tempo em que tomou uma atitude de abertura e diálogo com o mundo moderno, abandonando o enclausuramento resultante de um julgamento negativo do contexto sociocultural que lhe circundava. Com efeito, esta perspectiva eclesiológica dialogal pode ser percebida principalmente nas constituições dogmáticas *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, assim como é encontrada em outros documentos conciliares. Esta tentativa de definição pode ser percebida ao longo das inúmeras imagens que a *Lumen Gentium* utiliza para falar da Igreja⁵⁶. Nesta proposta conciliar, privilegia-se na Igreja seu caráter misterioso e, portanto, de objeto de fé, não a apresentando mais como motivo de credibilidade, como acontecia no Vaticano I⁵⁷. Com efeito, avança-se de uma concepção de Igreja como Sociedade Perfeita⁵⁸ – que não foi totalmente descartada⁵⁹ – para uma visão mais bíblica e patrística acerca da Igreja e de sua missão. Assim, a Igreja é descrita como *sacramentum salutis*⁶⁰ que nasce do mistério trinitário⁶¹.

Entretanto, o Concílio não se preocupa apenas em definir uma noção de Igreja, mas procura como consequência desta definição, re-situá-la no mundo. Para que isto fosse possível, a Igreja não poderia mais assumir uma postura negativa e amargurada diante da sociedade e de seus avanços, mas deveria colocar-se no horizonte de compreensão desta sociedade para, a partir daí,

⁵⁵ Cf. PIÉ-NINOT, S. *Introdução à Eclesiologia*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2008, p. 22.

⁵⁶ Cf. LG 1

⁵⁷ Cf. PIÉ-NINOT, S, *Ibid.*, p. 29.

⁵⁸ Este conceito passa a ser mais utilizado a partir do confronto da Igreja Católica contra os reformadores para ressaltar a existência de uma única Igreja “sociedade visível de crentes unidos por uma mesma fé, pelos mesmos sacramentos e pela submissão a uma mesma hierarquia” (De Eccle III, 2). Todavia, diante dos movimentos modernos que reivindicavam a autonomia perante o poder eclesiástico, além da tentativa de intervenção do Estado na configuração eclesial, este conceito irá defender a liberdade e a independência da Igreja. Porém, mal interpretado, esta noção conduzirá a Igreja a uma postura defensiva diante da cultura e da sociedade, resultando numa ênfase na configuração institucional hierárquica e, consequentemente, na centralização papal, como formas de auto-defesa eclesial.

⁵⁹ Cf. LG 14, 20, 23.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, 1, 9, 48, 59.

⁶¹ Cf. *Ibid.*, 6.

estabelecer uma relação verdadeiramente fecunda, sem abdicar do aspecto crítico inerente à fé cristã. Não havia mais sentido em continuar combatendo valores que, em seu anseio mais profundo, possuíam ecos do Evangelho como, por exemplo, a emancipação, a liberdade, a democracia etc. Portanto, o lugar da Igreja não era “fora do mundo”, muito menos “sobre o mundo”, mas encarnada no “interior deste mundo”, vivendo suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias, sobretudo dos pobres e dos aflitos⁶². Neste sentido, recupera-se uma noção mais bíblica, mais integrada da missão eclesial que possibilita uma re-valorização da história humana, com todas as suas ambiguidades, como história da ação de Deus e, portanto, da salvação.

Esta espiral iniciada no Concílio tem seu ponto nevrálgico na relação que estabelece entre a missão de Jesus e a Igreja. Com efeito, toda a atividade missionária eclesial está intimamente vinculada, pela atuação do Espírito Santo, ao ministério de Jesus de Nazaré e encontra nele o seu ponto de partida e, ao mesmo tempo, seu ponto de chegada. A partir desta vinculação recebe os critérios de discernimento que fundamentam sua sacramentalidade. Ou seja, a Igreja só poderá se compreender em função da realidade que ela anuncia. Sua existência não é um “para si”, mas um “para os outros”. Seu centro está fora dela encontra-se na obra de Jesus Cristo como sacramento universal da salvação. Dessa forma, fora da ação do Espírito que conduz o universo e a história à sua plenitude em Cristo, a Igreja não é nada⁶³.

O outro aspecto assinalado pelo Concílio a partir deste conceito é o seu sentido escatológico. A Igreja não está apenas vinculada ao passado, mas recebe de Jesus a esperança da irrupção definitiva do Reino de Deus. Este Reino se manifesta nas palavras, nas obras e, sobretudo, na presença pessoal de Cristo e encontra na Igreja sua “presencialização” germinal na atualidade⁶⁴. Dessa forma, através da comunidade eclesial, seu anúncio e testemunho, a ação do Reino sai do anonimato e pode ser nomeada e apresentada como ação de Deus transformando-se em prisma que permite a percepção de sua realidade em outras instâncias religiosas e sociais. Esta percepção gera uma concepção

⁶² Cf. GS 1.

⁶³ Cf. GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 318.

⁶⁴ Cf. LG 5.

positiva da atuação do Espírito Santo, que infunde na realidade humana sua ação restauradora e conduz a história para sua plenitude definitiva. Com isso, diferente de uma história abandonada, encontramos, através de seu sentido escatológico, uma história que, apesar de construída pela liberdade humana, continua sendo conduzida pelas mãos de Deus.

Esta vinculação é assinalada pelo uso do termo sacramento (*sacramentum*) para descrever o entrelaçamento entre Cristo e a Igreja: “Porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”⁶⁵. Este caráter sacramental, além de impulsionar, também se transforma em instância julgadora das opções eclesiais, na medida em que a remete à sua origem, modela o seu presente e aponta o seu futuro. O termo *Sacramentum* utilizado pra designar a Igreja não tem como base a noção jurídica pré-conciliar que prevaleceu após a reforma tridentina, mas recupera a noção patrística que, na verdade, traduz a palavra *mysterion* (mistério) utilizado nos textos bíblicos do Novo Testamento, principalmente a partir das cartas paulinas.

Com efeito, para o Novo Testamento, Jesus é o mistério de Deus por excelência e esse mistério se torna presente na comunidade. Assim, Jesus de Nazaré é o sacramento fontal de Deus e a comunidade se torna sinal na medida em que nela atua o Jesus ressurreto. Alguns procedimentos da comunidade finalmente se tornam sinais, porque atualizam a presença e a atuação de Jesus⁶⁶. O lugar do mistério é Cristo. A Igreja só pode ser considerada mistério em sua vinculação com Ele. Entretanto, será sempre um mistério derivado. Esta noção impede que ocorra uma identificação plena entre a Sacramentalidade de Cristo e a sacramentalidade da Igreja. Esta distinção é necessária, não apenas pela ambiguidade da caminhada histórica da comunidade eclesial, mas também visa ressaltar que a sacramentalidade eclesial constitui um dom de Deus, mediante a presença do Espírito em seus membros.

Mesmo utilizando a palavra “*sacramentum*” que na antiguidade latina possuía um significado acentuadamente jurídico, os Padres da Igreja conservam o sentido bíblico da palavra “*mysterion*”. Com isso eles abarcam

⁶⁵ LG 1.

⁶⁶ Cf. NOCKE, Franz-Josef. Doutrina Geral dos Sacramentos In SCHNEIDER, T. (org.). *Manual de dogmática*. Vol II. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 177.

não apenas realidades rituais, mas os planos salvíficos de Deus e os eventos da história salvífica, assim como toda a religião cristã⁶⁷. Contudo, o sacramento máximo é a encarnação de Jesus Cristo e todos os outros só possuem sentido se convergem para Ele. O termo mistério/sacramento designa, assim, a realidade divina portadora da salvação que se manifesta de modo visível. Exprime, dessa forma, a dupla dimensão da realidade eclesial: humana e divina, visível e invisível. Ou seja, a Igreja é chamada a ser mediação imanente eficaz e limitada da realidade transcendente da qual é portadora e sinal.

Desta forma, segundo o teólogo Gustavo Gutiérrez⁶⁸, a noção de Sacramento utilizada pelo Vaticano II permite pensar a Igreja no horizonte da obra salvífica e em termos radicalmente diferentes dos que abrangem um enfoque triunfalista e jurídico. De tal maneira que o próprio Concílio não consegue situar-se inteiramente nesta linha e, em muitos textos, acaba cedendo à pesada herança de uma noção eclesiocêntrica e, de acordo com o autor, assinalam timidamente a porta pela qual se poderia sair, sem chegar a fazê-lo, dessa perspectiva eclesial “ensimesmada”. Entretanto, ressalta Gustavo Gutiérrez:

O que importa, porém, sublinhar é que no seio do próprio Concílio, no qual gravitava ainda uma problemática eclesiocêntrica, surgiram os elementos novos que deviam permitir uma reflexão em ruptura com a referida problemática e mais conforme às verdadeiras questões que hoje se levantam para a fé cristã⁶⁹.

Apesar da persistência eclesiocêntrica, os passos já foram dados a partir desta definição sacramental da realidade da Igreja. Este ponto de vista não é apenas uma diretriz de adaptação pastoral teórica diante dos desafios contemporâneos, porém consiste em uma renovação da autoconsciência eclesial que redefine sua tarefa em um mundo em que, durante séculos, não esteve presente, mas do qual também faz parte. Isto permite romper com a

⁶⁷ Cf. *Ibid.*, p. 179.

⁶⁸ Gustavo Gutiérrez é um dos fundadores da Teologia da Libertação. Nascido no Peru, em 1928, ele vive e trabalha entre os pobres em Lima. Sacerdote católico, estudou na Universidade de Lovaina e Lyon e é Licenciado em Psicologia e Teologia. No movimento denominado Teologia da Libertação, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez ocupa um lugar em destaque. A ele deve-se a primeira obra sistemática de reflexão crítica a partir da práxis histórica da libertação em confronto com a palavra de Deus, acolhida e vivenciada na fé.

⁶⁹ GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 316.

distância estabelecida pela noção da Igreja sociedade perfeita, com a sociedade profana.

Para Gustavo Gutiérrez, esta redefinição a partir da vontade universal de salvação, muda radicalmente o modo de conceber a missão da Igreja no mundo. Segundo o autor, hoje, percebe-se com clareza que a missão da Igreja não consiste em salvar no sentido de “garantir o céu”. A obra da salvação é uma realidade atuante na história; é essa obra que confere unidade profunda ao devir histórico da humanidade e seu mais profundo significado⁷⁰. Inserir-se na história e uni-la através de seu testemunho ao seu significado mais profundo consiste no desafio da Igreja. Chamada a ser sacramento atuante do invisível na ambiguidade do devir humano, a comunidade cristã deve sinalizar e estabelecer, através de seu testemunho, esta vinculação profunda entre a história humana e a ação divina.

Contudo, a descoberta do sentido da atuação eclesial e, conseqüentemente, as transformações para um alcance mais fecundo de sua Palavra só aparecerão quando forem situados no contexto do plano da salvação. Este contexto não poderá ser construído sobre os alicerces da compreensão eclesiocêntrica, considerando a Igreja como lugar salvífico exclusivo, mas deve orientar-se para um novo e radical serviço aos homens e mulheres da sociedade. É neste impulso conferido pelas propostas do Vaticano II que a Igreja realizará as conferências episcopais⁷¹, nas quais busca, a partir da realidade latino-americana, discernir os questionamentos que a interpelam.

3.1.

O Reino de Deus: dom e exigência

Para Gustavo Gutierrez, afirmar a íntima ligação entre a missão de Jesus Cristo e a vocação eclesial como sacramento da salvação implica a consciência de ser, conseqüentemente, sinal do Reino de Deus⁷². Entretanto Isto se torna para a Igreja uma constante exigência de espiritualidade e de metodologia

⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 312.

⁷¹ Locais privilegiados da sedimentação da Colegialidade entre os bispos assinalada pelo Concílio Vaticano II, já foram realizadas cinco conferências episcopais na América Latina: Rui de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

⁷² Cf. GUSTAVO, G. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, p. 207.

pastoral⁷³. Ela deve colocar seu agir histórico constantemente sob julgamento do Reino que anuncia⁷⁴.

Para isto, impulsionada pela ação do Espírito, é chamada a penetrar na história de Jesus de Nazaré e recebe deles os critérios que dinamizam sua maneira de atuar. Com efeito, toda a vida de Jesus de Nazaré aponta e revela o Reino de Deus. Não como uma realidade meramente interior ao ser humano, mas como o projeto de Deus que ocorre no coração da história⁷⁵. Ressalta-se assim o Reino como uma realidade dinâmica que confere o significado último da caminhada dos homens e mulheres. Porém, este significado não pode ser entendido como uma esperança situada temporalmente no futuro, mas como força que impulsiona, hoje, a vida no interior dos processos humanos, mas que ainda não se manifestou plenamente.

Neste sentido o autor aponta, utilizando a terminologia bíblica, a diferença entre o *Chronos* e o *Kairós*⁷⁶. O *Chronos* aborda a sucessão temporal. É o aspecto do tempo ao qual estamos mais acostumados e que incorporamos a nossa vida diária: o cronológico⁷⁷. Já o *kairós* não se trata de uma data específica, uma hora determinada, mas da atuação do Reino na densidade humana. Ou seja, significa a manifestação de Deus no hoje da história⁷⁸. Esta compreensão corrige a interpretação de uma visão futurista do Reino que muitas vezes contribui para que o presente e seus questionamentos sejam colocados em segundo plano, ou mesmo que a religião derive para uma visão excessivamente formalista⁷⁹.

O *Kairós* é penetrado de duas dimensões entrelaçadas: O dom do Reino e sua exigência. A primeira dimensão ressalta a livre iniciativa de Deus em oferecer o seu Reino. Esta iniciativa não está pautada nos méritos do indivíduo ou de alguma instituição, mas na liberdade amorosa do Deus do Reino⁸⁰. A outra dimensão é a exigência ética. Uma vez acolhido pelo ser humano, a

⁷³ Cf. Id. *O Deus da Vida*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 141.

⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 142.

⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 136.

⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 135.

⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 135.

⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p.136.

⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 137.

⁸⁰ Cf. *Ibid.*, p. 136.

experiência do Reino gera uma nova atitude para com Deus e o irmão⁸¹. Esta ética, porém, não fica reduzida a uma noção privada, mas possui alcance social, sobretudo na busca pela justiça⁸².

3.2.

Os destinatários do Reino: universalidade e predileção

O Reino não está circunscrito a uma região geográfica ou a alguma instituição, mas é oferecido a todas as nações. Ele é universal, cósmico, histórico. Precisamente por isso, no Antigo Testamento, os profetas acentuarão a necessidade da práxis da justiça para Israel e, pouco a pouco, para todos os povos. Assim, Deus é estabelecido “Rei das nações” (Jr 10,7). Ele reinará universalmente por todo o sempre (Sl 19; 44; 47; 95; 99)⁸³.

Tal perspectiva universal também é encontrada nos Evangelhos. “A mensagem é clara: o anúncio do Reino de Deus se dirige a todos, ninguém está excluído desse dom, nem de suas exigências”⁸⁴. Dessa forma, mesmo uma samaritana – que não pertence ao povo judeu – poderá dar testemunho do Senhor diante de seu próprio povo: “Vinde ver um homem que me disse tudo o que fiz. Não será este o Cristo?” (Jo 4,29).

A partir de Paulo a universalidade será fundamentada na ressurreição de Cristo.

Se a mensagem do Senhor é universal, se não tem fronteiras, é porque parte da vitória sobre a morte, que é o maior limite humano. A ressurreição é a afirmação e promessa de vida para toda pessoa humana sem exceção. Na raiz de tudo se acha a gratuidade do amor de Deus que se expressa no dom da vida definitiva⁸⁵.

A ressurreição é a afirmação do Deus da vida. Crer na ressurreição é acreditar que o Deus-Amor anunciado por Jesus não se acomoda diante da morte de seu Filho. Ao contrário, não permanece neutro, mas reivindica a defesa do seu Filho para si e nEle a defesa de todos os crucificados da história.

⁸¹ Cf. *Ibid.*, p. 137.

⁸² Cf. *Ibid.*, p. 122.

⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 144-145.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 145.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 145.

Todavia, o autor ressalta que mesmo que Paulo confira maior ênfase na ressurreição, isso não significa que para ele não importasse o Jesus histórico. Isto fica evidenciado na afirmação do corpo de Cristo em sua teologia. Cristo ressuscita com o corpo do Jesus histórico⁸⁶. Não há ruptura entre a existência terrena de Jesus e o Cristo glorioso. A noção de corpo é tão central que para Paulo que ser cristão é incorporar-se a Cristo, e, a Igreja é chamada de corpo de Cristo.

3.3.

O Reino e a insignificância

Porém, como assinalado anteriormente esta universalidade da proposta divina não pode ser caracterizada como neutralidade. Diante do anúncio da gratuidade do Reino da vida, não é possível ficar impassível diante das situações de morte. Esta postura toma extrema densidade na desconcertante atitude de Jesus diante dos insignificantes de seu tempo. São eles os destinatários imediatos e prediletos de seu anúncio.

A afirmação evangélica de que “os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos” expressa de forma antitética a inversão messiânica realizada por Jesus. A Boa Nova do Reino é dirigida primeiramente àqueles que eram os últimos de sua sociedade, os insignificantes lançados à marginalidade, os que não possuíam nem voz, nem vez: os pobres (cf. Lc 6,20; 4,18; 14,15-21; 7,22; Mt 11,2-6; 22,2-10), as crianças e os pequeninos (cf. Mt 19,14; 11,25; Mc 10, 13-16), as mulheres (cf. Lc 8,2; Jo 8,1-8) e os pecadores (cf. Mc 2,17; Mt 21,31; Jo 9; Lc 14,16-24). A situação de marginalização, injustiça e opressão na qual se encontravam era um desafio para o advento do Reino de Deus.

A opção de Jesus pela insignificância emerge com singular relevo em sua relação com os pobres. Com efeito, nas bem aventuranças de Lucas (Lc 6,20) o termo grego usado para designar os pobres é *ptochoi*, que etimologicamente quer dizer “o encurvado”, “o assustado” e é empregado para falar do necessitado, daquele que deve mendigar para viver, cuja existência depende

⁸⁶ GUTIÉRREZ, G. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 146.

dos outros, trata-se de alguém totalmente indefeso. Diferente é a situação dos ricos, que já receberam seu consolo⁸⁷.

Esta situação de pobreza é ressaltada pela utilização da palavra *peinontes* para designar os famintos. Com efeito, esse termo não designa uma fome qualquer, mas trata-se de uma situação de penúria, de uma carência de alimento endêmica⁸⁸. Estes serão saciados. Oposta é a situação dos que estão plenamente satisfeitos, equivalente aos ricos do versículo anterior. Estes terão fome.

Os que choram (*klayontes*) são os que experimentam uma viva dor que os leva a expressá-la no pranto. Não se trata de uma pena passageira; estamos diante de um sofrimento profundo como resultado da marginalização permanente. Já o riso aqui citado não se refere a uma expressão legítima de alegria, mas há manifestação de um bem-estar que esquece o sofrimento dos outros e que se alicerça em privilégios⁸⁹.

Assim as crianças são privilegiadas porque eram consideradas um ser humano incompleto. Faziam parte do grupo dos não-importantes junto com os pobres, os enfermos e as mulheres... As crianças são parecidas com os pequenos e ignorantes (Mt 11,25) e em quem encontramos o próprio Cristo (Mt, 25,31-46)⁹⁰. Os pequenos são homens e mulheres do povo: camponeses e camponesas, pescadores etc. Em oposição a eles estão os “sábios e entendidos” (Mt 11,25). São os que se apoderaram da “chave do saber” (Lc 11,52) e desprezam a população mais carente.

Ser ignorante não constitui uma virtude, ser sábio não é um demérito. Esta predileção não pode ser justificada por suas disposições morais e espirituais, mas está vinculada à sua exclusão na sociedade judaica contemporânea de Jesus.

Já os pecadores eram pessoas marginalizadas no mundo religioso, são os malvistas pelos notáveis do mundo religioso e social. Aqueles que padeciam de uma enfermidade séria ou de alguma deformidade corporal (Jo 9); os que praticavam profissões consideradas impuras (açougueiros, pastores). Afinal, exercer determinadas profissões poderia conduzir a um estado de impureza

⁸⁷ *Ibid.*, p. 149.

⁸⁸ Cf. *Ibid.*, p. 150.

⁸⁹ Cf. *Ibid.*, p. 150.

⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 151.

ritual que levaria à exclusão do convívio religioso e, em muitos casos, do convívio social. Por outro lado, encontramos os pecadores públicos, como os publicanos e as prostitutas, vistos como a escória da sociedade.

Esta condição de marginalidade e discriminação, não sua qualidade moral ou religiosa é o determinante para que estas pessoas se tornem os primeiros destinatários do amor e da ternura de Jesus⁹¹. Estamos diante de situações reais, inclusive sociais e econômicas. O Reino de Deus é prometido, em primeiro lugar, a quem vive em condições de debilidade e exclusão. Não por méritos pessoais, mas pelo apelo que seu sofrimento suscita ao Deus-Amor. Deve ficar claro que esta preferência, percebida em toda Bíblia, está alicerçada, única e exclusivamente, na desconcertante liberdade do amor incondicional de Deus, que pula as valas da pobreza para encontrar os seus filhos mais sofridos, oferecendo-se em seu Reino. Porém, séculos de condicionamentos conduziram a uma espiritualização dos pobres, das crianças ou dos pequenos, que, muitas vezes, de maneira cínica, foram transformados em merecedores do Reino por uma pretensa “maior bondade dos pobres”, “inocência das crianças” etc. Tudo isto consiste em formas de aliviar o alcance de tais palavras e deixá-las mais aceitáveis para o nosso estilo de vida - eclesial e social - baseada em méritos e deméritos, prêmios e castigos.

Universalidade e predileção selam o anúncio do Reino: “Deus dirige sua mensagem de vida a todo ser humano, sem exceção, ao mesmo tempo manifesta seu amor preferencial pelos pobres e oprimidos”⁹². Sua gratuidade, longe de expressar conformismo, já anuncia sua exigência ética. Exige a busca pela justiça na denúncia e transformação das situações de exclusão e marginalização. Desta forma, retira da inércia e insere no movimento amoroso da liberdade divina.

⁹¹ Cf. *Ibid.*, p. 153.

⁹² *Ibid.*, p. 155.

3.4.

O “já” e o “ainda não” do Reino na história

Este Reino de Deus anunciado e inaugurado por Jesus se dá a nós na história. Sem acontecimentos históricos libertadores não há crescimento do Reino. Sua presença ressoa no processo que se realiza atualmente na libertação, na medida em que esta última significa uma maior realização do homem e a construção de uma sociedade nova e mais fraterna⁹³.

Contudo, a partir de uma perspectiva de fé, o Reino de Deus não pode ser reduzido a uma realização temporal, por humana e justa que a consideremos⁹⁴. Esta distinção deve ser feita porque a irrupção do Reino constitui, acima de tudo, num dom oferecido por Cristo que supera toda expectativa. “Pode-se dizer que o fato histórico, político, libertador é crescimento do Reino, é acontecer salvífico, mas não é a chegada do Reino, nem toda a salvação. É realização histórica do Reino e, por isso, anúncio de plenitude”⁹⁵.

Na compreensão de Gustavo Gutiérrez, pela fé a história está constantemente aberta ao futuro, é permeada pela esperança escatológica do Reino. Entretanto, afirmar esta esperança escatológica não significa apenas apontar para seu final, mas também para o momento atual, para os fatos que nos deparamos e pelos quais tentamos discernir a vontade de Deus. Há uma profunda relação entre o futuro e o presente da esperança escatológica, onde ambas estão motivadas pela atuação de Deus.

O encontro pleno com o Senhor porá fim à história, mas já se dá parcialmente na história. Faz-nos tomar o acontecimento histórico em toda a sua concretude e em todo o seu significado, mas leva-nos a uma permanente desinstalação. Presente desde agora, dinamiza o devir da humanidade e projeta-o para além do que o ser humano pode esperar (1Cor 2,6-9), negando-se a toda planificação, a todo esboço prévio⁹⁶.

Entrar na dinâmica do Reino é penetrar no circuito trinitário: amar como Deus ama⁹⁷. Esse amor, porém, exige gestos concretos. Amando-nos como homens, Cristo revela-nos o projeto de Deus para a humanidade. Dessa forma,

⁹³ Cf. Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 237.

⁹⁴ Cf. Id. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, pp. 208-209.

⁹⁵ Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 237.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 226.

⁹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 252.

acolher o Reino enquanto dom é comprometer-se com sua justiça. Esta justiça é fruto do relacionamento com Deus e com os seres humanos, no reconhecimento dos seus direitos, principalmente na busca pela justiça em relação aos desprezados e oprimidos⁹⁸.

3.5.

Igreja: Sacramento do Reino na história humana

A fé cristã é uma fé histórica. Não é a fé num Deus que apenas cria e permanece distante, mas afirma que, a partir da encarnação e da presença do Espírito como Pessoa, Deus se faz história. Assim sendo, é situada no hoje que a Igreja crer. No interior de sua ambiguidade ela é chamada a perceber os rastros amorosos do Deus que anuncia. Descobrimo a atuação discreta e silenciosa do Espírito que encharca a realidade humana com sua presença.

Perscrutar os sinais dos tempos sendo fiel à sua vocação evangélica para inscrever na história uma antecipação germinal do Reino, constitui uma tarefa árdua para a Igreja. Contudo, é preciso, primeiramente, admitir a sua própria opacidade. Afinal, antes possuidora de força e utilizando muitas vezes de meios violentos— inquisição e censura — para afirmar sua mensagem, a Igreja hoje se depara com uma posição “modesta” no interior da sociedade e inserida num movimento sociocultural autônomo e progressivo de humanização e suas consequências. Entretanto, esta compreensão não se dá em todo o cristianismo, mas, infelizmente, apenas em tentativas marginais. Marcado pelo dualismo expresso na cristandade, o pensamento no geral ainda demonstra grande ceticismo diante das mudanças históricas além de manifestar, por alguns comportamentos, saudade dos momentos triunfalistas que alicerçaram o comportamento eclesial durante anos. Dessa forma, a história parece ficar desprovida de um futuro de esperança, mas reduzida apenas ao instante conflitivo.

Contudo, em sua sacramentalidade a Igreja revela e realiza, ainda que de forma incipiente, o desígnio salvífico. Assume que é sinal e instrumento de uma realidade que lhe transcende e, ao mesmo tempo, impulsiona o seu agir

⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 160.

em direção ao mundo e sua realidade. É nesta história, onde o existir humano se desenvolve que ocorre o encontro entre Deus e sua criatura. Não porque Deus venha da história, mas porque a história vem de Deus⁹⁹. Assim, o “agora” humano é o lugar privilegiado da manifestação sacramental do Reino. Longe dela a Igreja perde sentido, transmuta-se em uma associação comum, desvincula-se da história do seu próprio sacramento fundante, Jesus de Nazaré.

3.5.1.

Sacramentalidade em constante diálogo

O diálogo com o mundo exige que a Igreja possua consciência de sua diferença com ele, não para tomar distância, mas, precisamente, para saber estar verdadeiramente perto¹⁰⁰. Deve despir-se da antiga postura triunfalista e autoritária para assumir, profeticamente, uma humilde, porém firme, consciência de possuir uma mensagem que deve ser transmitida¹⁰¹. Contudo, isto não conduz a uma diluição na história com o pretexto de servir, mas na apropriação de sua identidade significativa do Reino como instância crítica e acolhedora.

Esta articulação pode ser entendida dentro do que propõe Leonardo Boff:

Reino constitui o grande arco-íris sob o qual estão mundo e Igreja; mundo é o lugar da ação de Deus construindo seu Reino já agora aberto para a escatologia que ainda não se realizou em plenitude. A Igreja como o sacramento, vale dizer, o sinal e o instrumento oficial e público mediante os quais Cristo e seu Espírito atuam e aceleram a concretização do Reino na história do mundo e de forma explícita e densa no espaço da Igreja¹⁰².

Claro deve ficar que a Igreja é visibilização histórica, através de seu testemunho, de uma vida que repercute na caminhada humana e aponta para um mais além. Não pode, portanto, reduzir o alcance de sua mensagem aos ritos religiosos que possui, à sua doutrina, mas perceber, no horizonte que

⁹⁹ Cf. GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 317.

¹⁰⁰ Cf. Id. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, p.204.

¹⁰¹ Cf. *Ibid.*

¹⁰² BOFF, L. *Igreja: Carisma e Poder*. Ensaios de eclesiologia militante. Ed. Revista. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 32.

descortina que apesar de transcendê-la, seu anúncio toca diretamente o chão em que pisa.

Assim, seguindo a reflexão de G. Gutierrez, a Igreja está chamada a significar e realizar a vida do Reino na história, colocando-se, assim, sobre o julgamento da palavra de Deus¹⁰³. Esta significação sacramental é sempre contextualizada e pode ser questionada. Com efeito, sinalizar o Reino da vida dentro de um contexto histórico que pode estar permeado pela morte ou a desumanização exige posturas práticas e efetivas, exige sair do universo conceitual, da abstração intelectual. A sacramentalidade da Igreja exige que ela seja efetiva naquilo que anuncia e significa.

3.5.2.

Sacramento e Missão: inter-relação e dependência

Ser sacramento do desígnio salvífico é ser instrumento e sinal do Reino¹⁰⁴. Assumir essa tarefa é corresponder à presença germinal do Reino no seio eclesial. Nesse sentido, a Igreja é o momento e o lugar que confere celebração e densidade histórica a este Reino. É também a partir desta realidade germinal do Reino que a Igreja reconhece que as realidades humanas podem ser portadoras de sinais que possibilitem sua identificação e concretização, assim como, podem ser construtoras de sinais contrários ao Reino. Diante destas possibilidades a Igreja articula seu anúncio na promoção dos valores presentes na realidade humana e que apontam para a construção do Reino e na denúncia dos contra-valores que impossibilitam a criação de laços verdadeiramente humanos.

Convém ressaltar que este imperativo é constituinte da identidade eclesial e é o fundamento de sua missão. A Igreja apenas se compreende a partir do Reino que anuncia. Dele recebe os critérios para julgar e analisar a realidade. Da mesma forma que também se coloca sob julgamento. A Palavra pronunciada acerca do Reino interpela as opções eclesiais a partir da ressonância histórica. A Igreja anuncia uma plenitude e uma vida que repercute

¹⁰³ Cf. GUTIÉRREZ, G. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, p. 227.

¹⁰⁴ Cf. *Ibid.*, p. 206.

na marcha da humanidade, toca a vida concreta e estabelece ecos no cotidiano eclesial. Ora, esta Palavra pronunciada na fé traz à tona o obstáculo fundamental do Reino e a raiz de toda miséria e injustiça: o pecado¹⁰⁵.

3.5.3.

Sacramento do Reino pela Justiça

Contudo, o Reino que a Igreja anuncia só pode ser entendido a partir do Deus que o oferece. A Palavra sobre o Reino contempla necessariamente o rosto de Deus. Este rosto emerge com profunda concretude na vida de Jesus de Nazaré, suas ações, seu anúncio e suas opções. Isto implica afirmar que estamos diante de um Deus que sai ao encontro do humano, a iniciativa é dAquele que não pode ser reduzido à história humana, mas que se revela nela e por ela. Revelação eficaz e criadora, com o consenso da liberdade humana, da comunhão com Deus e a unidade do homem¹⁰⁶. Dessa comunhão e unidade a Igreja deve ser sacramento¹⁰⁷. Em linguagem bíblica, afirmar esta sacramentalidade exige significar a presença do Reino de Deus que atua na história e que não pode ser compreendido sem a preferência de Cristo pelos pobres. Deste ponto de vista, a tarefa da Igreja é anunciar o Reino de Deus, do qual é semente, e combater a idolatria¹⁰⁸ que se opera ao separar Deus de seu Reinado.

Portanto, da mesma forma que o anúncio do Reino ecoa na história humana conferindo-lhe sentido, a história humana também ressoa nas opções

¹⁰⁵ O autor afirma que o pecado é a recusa do amor de Deus. Isto é um ato livre e pessoal. Esta recusa também alcança o amor ao próximo. Dessa forma, só a ação de Deus pode arrancar do homem a raiz do egoísmo que o impede de ir além de si mesmo (Cf. GUTIÉRREZ, G. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, p. 194). Gustavo Gutiérrez compreende o pecado para além de uma visão individualista, mas também social, como realidade histórica, que se expressa em alienações particulares. Mas este acento no pecado social não representa um esquecimento do pecado pessoal. Assim diz ele: “Efetivamente, uma situação de injustiça não é uma causalidade, algo marcado por um destino fatal: há por trás dela uma responsabilidade humana. Os profetas souberam dizê-lo com clareza e energia, e o redescobrimiento agora. Por isso a conferência de Medellín qualifica o estado de coisas existente na América Latina como “uma situação de pecado”, como uma “rejeição do Senhor”.” (Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.234.).

¹⁰⁶ Cf. *Op.cit.*, p. 207.

¹⁰⁷ Cf. LG 1

¹⁰⁸ O pecado também é visto por Gustavo Gutiérrez como uma idolatria que consiste em colocar a confiança definitiva em algo ou em alguém que não é Deus (Cf. Id. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 86). Sendo que a idolatria do dinheiro segue sendo uma tentação constante para o povo de Deus (Cf. *Ibid.*, p. 88).

eclesiais exigindo-lhe coerência. Como anunciar o Reino do Deus da Vida numa existência marcada pela pobreza e morte? Como ser sinal deste Reino inserido numa sociedade com pilares fincados na exclusão de milhões de pessoas como ocorre na América Latina?¹⁰⁹.

Para Gustavo Gutiérrez, a Igreja deve estar atenta ao momento especial de manifestação de Deus em nosso aqui e agora. Atenta ao juízo de Deus acerca da situação em que vivem as grandes maiorias da América Latina e de nosso país. Ela deve ter, também, atenção ao que assinala uma reação contra um estado de coisas contrário ao Reino da vida, aos gestos de solidariedade entre os pobres; perceber o que se coloca contrário ao testemunho das comunidades cristãs que surgem entre os pobres, às expressões de respeito por todas as dimensões da pessoa humana, à alegria e à esperança do povo pobre em meio ao sofrimento, ao aprendizado de uma oração profunda no seio de uma luta pela libertação¹¹⁰. Afirma o autor:

Buscar o Reino e a justiça significa, então, esperá-los, mas esperá-los ativamente. Reforça-se assim o sentido de justiça, pois a espera se dá a partir da prática da justiça e da atenção ao pobre. E esta prática aparece como a atitude autêntica do discípulo que acolhe o Reino¹¹¹.

Diante desta realidade, uma Igreja fechada sobre si não irá anunciar nem responder concretamente aos anseios de sua realidade, de seu povo. Ou a Igreja abre-se à realidade e mergulha nela com coragem, como fez o Concílio Vaticano II e, inspiradas por ele, as Conferências episcopais latino-americanas, ou torna-se uma instituição caduca e despojada de sentido, visto que deve ser Sacramento da Salvação.

Ser sacramento da salvação numa história marcada pela injustiça social, pela desumanização consiste desafio essencial da dinâmica de significação eclesial. É esta a intuição das conferências episcopais latino-americanas que enfrentam o problema com coragem e clareza. Afirmam, em consonância com

¹⁰⁹ Para constatar esta realidade latino-americana, podemos citar os dados da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL – sobre a evolução da pobreza, onde, de acordo com as estimativas, uns 213 milhões de pessoas vivem em nosso continente abaixo da linha da pobreza, e, aproximadamente, 88 milhões encontram-se em situação de mendicância.

¹¹⁰ Cf. Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 225.

¹¹¹ Id. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 139.

o magistério eclesial¹¹², que a luta contra a injustiça não é simples acessório na missão eclesial, mas fruto da própria opção do Deus que anuncia.

A realização histórica desse serviço evangelizador será sempre árdua e dramática, porque o pecado, força de ruptura, impedirá constantemente o amor e a comunhão, tanto por causa do coração dos homens, como por causa das diversas estruturas por ele criadas e as quais o pecado de seus autores imprimiu sua marca destruidora. Neste sentido, a situação da miséria, marginalidade, injustiça e corrupção que fere nosso continente exige do Povo de Deus e de cada cristão um autêntico heroísmo em seu compromisso evangelizador, a fim de poder superar semelhantes obstáculos. Diante de tal desafio, a Igreja sabe que é limitada e pequena, mas se sente animada pelo Espírito e por Maria¹¹³.

Assim, sob o impulso do Espírito a comunidade eclesial é levada para além dela mesmo. Modela suas opções, conferindo sacramentalidade às suas escolhas e apontando, dessa forma, para a Boa Nova trazida por Jesus de Nazaré. É motivada a inserir-se nos sofrimentos do mundo apontando para o futuro de Deus, fonte de esperança. Por isso, mergulhada positivamente no horizonte histórico e inspirada pela esperança escatológica, a Igreja deve empenhar-se na defesa dos valores do Reino, apontados pelo Espírito, nas realidades humanas. Dentro deste mergulho o valor primordial ressaltado na opção pelo Reino é a vida humana.

Com efeito, diante de uma realidade marcada pelo aumento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, pela exclusão de milhões de pessoas lançadas a condições de vida sub-humanas, não cabe à Igreja o luxo de permanecer surda ao clamor de seus filhos, sob o risco de contradizer a própria vocação. Todavia, esta tomada de atitude não é uma iniciativa meramente eclesial, mas uma exigência bíblica. Podemos afirmar que a missão da Igreja lhe antecede. É contemplando sua própria raiz bíblico-eclesial que a Igreja

¹¹² O magistério eclesial é a instância que vela e zela pela autenticidade das interpretações da revelação cristã, pela força da presença do Espírito, no seio da comunidade. Este magistério recebe, às vezes, a prerrogativa de infalibilidade quando acrescenta, de acordo com o consenso da Igreja, nova certeza, novo ensinamento, novo dogma. Cabe, dessa forma, ao magistério a responsabilidade de discernir, ante as várias expressões para que não percam sua vitalidade e seu poder de transmitir a fé às novas gerações. O Concílio Vaticano II descreve a função magisterial: “O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo. Tal Magistério evidentemente não está acima da Palavra de Deus, mas a seu serviço.” (DV 10).

¹¹³ PUEBLA 281.

encontrará as bases para que seu compromisso com os pobres não seja um adjetivo teórico facultativo, mas essência constitutiva de sua missão.

Anunciar o Evangelho é proclamar que o amor de Deus está presente no devir histórico da humanidade, é fazer saber que não há ato humano que não se defina, em última instância, diante de Cristo. Pregar a Boa Nova é, para a Igreja, ser sacramento da história, cumprir seu papel de comunidade-sinal da convocação de todos por Deus. É anunciar a chegada do Reino. A mensagem evangélica faz ver, sem evasões, o que está na raiz da injustiça social: o rompimento de uma fraternidade baseada em nossa situação de filhos do Pai; faz ver a alienação humana¹¹⁴.

3.5.4.

Guiada para “Além de Si” na História.

Para G. Gutiérrez é a partir do Reino que a Igreja deve ler a história. E de acordo com Ele proclamar as exigências que a Boa Nova suscita. Esta leitura implicará, muitas vezes, em ação de graças pelos sinais do Reino que surgem e iluminam a caminhada humana rumo a uma existência mais fraterna. Entretanto, a mesma leitura pode conduzir ao confronto com circunstâncias contrárias à construção do Reino e, por isso, exigindo a denúncia das situações que violentam a dignidade e atentam contra o valor inalienável da pessoa humana aprisionada a situações de injustiças e misérias.

Nisto implica a conscientização de que certas estruturas históricas, que embora tenham sido muitas vezes formuladas segundo categorias evangélicas, são em si mesmas históricas e ambíguas. É evidente que estas realidades limitadas levam consigo a experiência de um “além”, uma aproximação sempre maior do ideal do Reino de Deus e do homem novo. O testemunho da Igreja consiste em fortalecer e propiciar sempre este “além”, em aprofundar sempre na realidade histórica para que vá dando “mais” de si na direção do Reino¹¹⁵. Ao mesmo tempo também deve refutar o pecado e suas consequências, libertando o humano para o seu crescimento integral. Isto traz à tona que a pobreza na qual vive a maioria dos latino-americanos não é só um problema

¹¹⁴ Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 329.

¹¹⁵ Cf. SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja*. Os pobres, lugar teológico da eclesiologia. São Paulo: Loyola, 1982, p. 193.

social, mas constitui um profundo desafio eclesial. Ainda de acordo com Gustavo Gutiérrez:

Os desafios que vêm de situações humanas concretas conduzem-nos às fontes da vida cristã. Ali a distinção de noções ou as elaborações teológicas não desaparecem, como pretendia um anti-intelectualismo pedante, mas adquirem vida e sentido¹¹⁶.

Nesta relação com a história é importante retomar a afirmação da *Lumen Gentium*: “Mas, porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano”¹¹⁷. Isto ressalta a profunda vinculação entre a missão da Igreja e Jesus na sua relação com o Reino e conosco, mediante o Espírito. Esta relação foi estabelecida através de suas opções concretas e de seu anúncio que culminou em sua condenação e morte. Assim, em sua sacramentalidade está impressa a possibilidade conflitiva com a história. Entretanto, enquanto a Igreja for concebida de fato doutrinariamente, a realidade do mundo não a atingirá. Desvinculada do Reino a Igreja percebe-se sem projeto transcendente e sem capacidade crítica sobre o presente. Se adaptará às situações ou se oporá a elas de acordo com seus interesses e não a partir das exigências de Deus. A partir do Reino a Igreja transforma-se em instância acolhedora da história sem abdicar de seus critérios. Não se conformará às situações, mas poderá realizar um verdadeiro serviço à vida, desde que permaneça atenta ao sopro do Espírito que a guia e que abre seus ouvidos ao grito silencioso dos insignificantes da história.

Esta inserção na realidade só pode ser entendida dentro da radicalidade e totalidade do processo salvífico. Nada está fora do dom do Reino. Tudo é alcançado pela ação do Espírito de Cristo.

Isso dá à história humana sua unidade profunda. Os que reduzem a obra salvadora são aqueles que a limitam ao puramente ‘religioso’ e não vêem a globalidade do processo; aqueles que consideram que a obra de Cristo só atinge tangencialmente, não pela raiz e questionando a ordem social em que vivemos; aqueles que para proteger a salvação (ou a seus interesses...), afastam-na de onde pulsa a história, de onde homens, mulheres e classes sociais lutam por libertar-se da escravidão e da opressão a que os submetem outros homens, outras mulheres, outras classes sociais; aqueles que se negam a ver que a

¹¹⁶ GUTIÉRREZ, G. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 182.

¹¹⁷ LG 1

salvação de Cristo é uma libertação radical de toda miséria, de toda espoliação, de toda alienação. Aqueles que, querendo ‘salvar’ a obra de Cristo, a ‘perderão’¹¹⁸.

3.6.

Sacramentalidade Institucional

A sacramentalidade exige que a relação que a Igreja estabelece com a sociedade deve ser conduzida em termos dinâmicos e temporais. Esta dinamicidade se expressa na visibilidade conferida em suas estruturas. Através delas a Igreja recebe densidade histórica e procura resguardar sua identidade. Sua organização deve estar a serviço de sua sacramentalidade.

Entretanto, conceber a Igreja como sacramento da salvação do mundo torna mais exigente sua obrigação de deixar transparecer em suas estruturas visíveis a mensagem de que é portadora¹¹⁹. É evidente que não pode ser desconsiderado o fosso existente entre a visibilidade histórica eclesial, a realidade que busca significar e os anseios da sociedade atual. Sem estar atento a isto corre-se o risco de cair em uma contradição interna.

Esta contradição é sentida de maneira singular na configuração institucional estabelecida. Afinal, enquanto a Igreja anuncia a importância da liberdade e igualdade, organiza-se no interior de uma instituição entendida de forma monárquica e anti-democrática e que adota, muitas vezes, a violência e a coerção para impor sua proposta. Esta violência pode ser visualizada nos órgãos de vigilância encontrados em suas instâncias eclesiásticas. Evidentemente, poucos aceitam como tolerável a disfunção entre a prática da Igreja Católica e a mensagem de Cristo de quem ela pretende ser testemunha. Esta disfunção relativiza os discursos mantidos e os valores evocados além de desacreditar a autoridade eclesial, conseqüentemente, deve ser avaliada teologicamente e não unicamente ser mero objeto de polêmicas pastorais e/ou análises sociológicas¹²⁰.

¹¹⁸ GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 238.

¹¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 319.

¹²⁰ Cf. DUQUOC, C. *Creo en la Iglesia*. Precariedad institucional y Reino de Dios. Santander: Sal Terrae, 2001, p. 28.

3.6.1.

Uma Instituição em relação: abertura e tensão

Não pode haver uma verdadeira sacramentalidade eclesiológica sem afrontar lucidamente a distância entre as promessas iniciais das quais se beneficia a instituição e seu acontecer na sociedade. Da mesma forma, além do desenvolvimento histórico e sociológico deve-se ter em conta aquilo que impulsiona a Igreja desde sua origem: o Reino de Deus. Ele relativiza o instituído, sempre necessário, e o mantém em movimento, pois o incita constantemente à reforma. Em poucas palavras, a relação instável entre o visível e o invisível na Igreja parece ser uma das causas de seu estatuto sacramental ambivalente¹²¹. Os discursos teológicos que reduzem estas tensões a uma síntese abstrata ocultam o que constitui a fonte de uma questão importante no que tange à credibilidade de sua sacramentalidade. Este sentimento diante destas tensões não atinge apenas ao indivíduo, mas repercute na sociedade democrática que não vê soar no seio eclesial os questionamentos que a atravessam. Assim, inserida num discurso edificante, mas ao mesmo tempo, em uma síntese abstrata, a instituição não reconhece a responsabilidade diante dos efeitos de suas posturas, conseqüentemente, não tem em conta a violência, muitas vezes, inerente ao seu discurso sobre a verdade salvífica, o Reino de Deus, ou mesmo acerca de sua proposta doutrinária.

A relação entre o visível e o invisível da Igreja não pode situar-se no âmbito do discurso. Portanto, sem considerar os antagonismos presentes na sua historicidade transforma-se a eclesiologia em um exercício de abstração intelectual. O invisível não pode ser o pólo unilateral da construção eclesiológica já que o visível é o lugar ambíguo de sua manifestação. Da mesma forma, definir o visível apenas em seu aspecto sócio-cultural é esquecer seu fundamento transcendental¹²². De acordo com Álvaro Barreiro:

Podemos dizer que a raiz das incompreensões e mal entendidos, das distorções e também dos escândalos com relação à Igreja está muitas vezes em que ela não é vista nessa sua dimensão teológica profunda, na sua estrutura sacramental, mas de maneira exterior e superficial, a partir das suas *estruturas extensas*, como

¹²¹ Cf. *Ibid.*, p. 32.

¹²² Cf. *Ibid.*, p. 35.

uma instituição social, que tem seus próprios interesses e que os defende com todos os meios ao seu alcance; como qualquer outra organização da sociedade civil, como uma empresa (no caso, transnacional) ou um partido político¹²³.

3.6.2.

A ambivalência da estrutura sacramental.

Um outro aspecto significativo acerca da sacramentalidade da instituição é o seu vínculo ao Povo de Deus. Gustavo Gutiérrez aponta que “o sacramento da salvação é o Povo de Deus, o Povo messiânico, tomado em seu conjunto e não apenas a instituição como o termo sacramento poderia sugerir a alguns”¹²⁴. Neste sentido, o instituído recebe seu sentido do conjunto em que está inserido e não pode ser sacralizado em si mesmo.

Esta ambivalência da estrutura eclesial aponta para a emergência da compreensão correta da relação entre o sinal e sua fragilidade com a realidade que ele almeja significar. No caso da Igreja, a tentação da falsa identificação permeou o imaginário institucional e constitui um forte resquício da cristandade. A ambição de determinar a realidade transcendente, o Reino de Deus, a partir da estrutura eclesial motivou posturas autoritárias e atos de violência que se chocavam com a mensagem veiculada. A imposição da verdade salvífica tornou-se um ato que exigia do indivíduo o acolhimento de toda estrutura institucional absolutizada em si mesma. Neste sentido, a relação com o mundo sócio-cultural é deturpada e focalizada a partir de uma lógica de submissão. Evidentemente, este tipo de atitude coloca em descrédito a sacramentalidade eclesial entendida dentro de um novo horizonte cultural onde predomina a liberdade e a autonomia da sociedade e de suas instâncias constitutivas. Portanto, apesar de entender-se como portadora da salvação, em sua estrutura visível, a lógica de contradição que este tipo de postura possui conduz a uma deturpação da sacramentalidade. Ou seja, ao invés de ser sinal do Reino de Deus, da salvação oferecida por Deus aos homens e que toca o chão do mundo, a Igreja pode tornar-se, através da absolutização de uma forma

¹²³ BARREIRO, Álvaro. *Igreja, Povo Santo e Pecador: estudos sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*. 2ª ed. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 2001, p. 39.

¹²⁴ GUTIÉRREZ, G. *La verdad los hará libres*. Confrontaciones. Lima: CEP, 1986, p. 209.

pragmática estrutural, sinal contraditório. Estabelece, assim, uma sacramentalidade deturpada a respeito de suas estruturas e rejeita o aspecto dinâmico da atuação transcendental do Reino. Os excessos do passado e as arbitrariedades atuais cometidos em nome da doutrina fundamentam este julgamento pessimista.

Também é perceptível que a Igreja nunca foi curada, nem mesmo na época moderna, da utopia de unificar a humanidade embaixo de uma mesma verdade e uma prática codificada, ambas controladas por um só poder¹²⁵. Esta pretensão de unidade que possibilita a violência coercitiva está baseada na crença de uma instituição detentora da verdade única. Esta noção pode levar a esconder sua precariedade mediante a grandeza de sua doutrina, tentando mascarar a separação que existe entre sua realidade social ou sua visibilidade funcional e a imagem que ela construiu de si mesma na doutrina interpretativa ou normativa de sua identidade. Lamentavelmente, esta atitude fecha a possibilidade de maior abertura aos sinais dos tempos. Abertura fundamental para que o anúncio do Reino torne-se efetivamente inteligível aos seus contemporâneos¹²⁶.

Para evitar este enclausuramento institucional o Concílio Vaticano II afirma a importância da constante reforma eclesial. Aceitar que é sacramento de uma realidade que extrapola sua instância visível, relativiza sua forma estrutural e evita, assim, a absolutização de suas instituições. Certamente, perceber a distância que foi estabelecida entre a sociedade e as instâncias eclesiais supõe reconhecer a necessidade de “re-conversão” destas instâncias. Não para adequar-se ingenuamente a todos os pressupostos sócio-culturais, mas para que sua mensagem e, conseqüentemente, seu testemunho possam alcançar o horizonte cultural que a interpela. Este processo encontra no aspecto transcendente da Igreja seu apoio e sua exigência impulsionadora. Sinalizar para o mundo algo que não possui em plenitude demanda assumir a própria fragilidade e acolher as mudanças que possibilitem que esta sacramentalidade exigida seja realmente eficaz no devir histórico em que se insere. A sacramentalidade eclesial não fica reduzida à instituição e, por isso, abre-a para

¹²⁵ Cf. *Ibid.*, p. 123.

¹²⁶ Cf. Id. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 308.

sua forma ambígua ao que, no seio dela mesma, a supera e a dispõe para o novo. Por isso, estar a serviço do Reino não imobiliza suas estruturas, mas impulsiona-a através de seu rito e da Palavra que pronuncia e que deve desembocar numa prática concreta.

Tributária em suas estruturas e em seu estilo de vida de tempos passados, a Igreja experimenta hoje certa defasagem, confrontada com uma história que não lhe acompanha os passos. O que está em jogo, porém, não é uma simples renovação e adaptação de métodos pastorais. Trata-se de uma nova consciência eclesial e de uma redefinição da tarefa da Igreja em um mundo em que não *só está presente*, mas do qual *faz parte* a um ponto que talvez até há algum tempo não se suspeitasse. Nessa nova consciência e nessa redefinição, os problemas intra-eclesiais passam a segundo plano¹²⁷.

3.6.3.

A Necessária Criatividade Estrutural

Reconhecido o fosso existente entre a gestão institucional e os anseios dos fiéis exige o surgimento de instâncias que possibilitem um maior intercâmbio entre estes dois aspectos eclesiais. Entretanto, em razão de sua estrutura, a instituição, muitas vezes, bloqueia esta evolução pelo medo de surgimento de uma pluralidade de experiências, doutrinas etc. que não possa controlar. Aqui, a unidade da Igreja é confundida com uniformidade e a sequela da cristandade torna-se mais evidente. Esta lógica é o fundamento de sua violência em um tempo em que a vontade da responsabilidade pessoal e da participação política modifica a relação dos indivíduos com as instituições que concretizam seu “viver-juntos”.

Sinal provisório de algo que é maior do que ela, a Igreja precisa articular, sem ocultações edificantes, a realidade da história tempestuosa das Igrejas, desde suas divisões internas e externas, até sua finalidade transcendente, o Reino de Deus, significada nos qualificativos da confissão da fé apostólica: una, santa, católica e apostólica. Convém assinalar, que o adjetivo “provisório” não expressa relativismo algum, mas designa o caráter ambíguo como algo que forma parte do tempo presente e que, portanto, não pode ser eliminado enquanto não tenha chegado o Reino de Deus. “O provisório constitui a

¹²⁷ *Ibid.*, p. 311.

grandeza da Igreja visível, não supõe nem sua relativização nem sua depreciação”¹²⁸.

A crítica e a reformulação das estruturas eclesiais não podem estar baseadas apenas em um interesse político, mas em virtude do Reino de Deus. Elas devem estar a serviço do corpo eclesial. Para isso é preciso que a Igreja assimile a “descoberta” do Reino de Deus como princípio e fim de sua missão. A sacramentalidade que permanece viva em seu interior depende da constante autocrítica em busca de configurações que possibilitem a vivência concreta da consciência elementar de que a Igreja não é o Reino e que o Deus que ela prega é maior do que qualquer uma de suas estruturas¹²⁹. Isto pede uma constante conversão. O que não significa simplesmente uma mudança ou adaptação a uma nova situação, mas o desejo de fazer o contrário do que fazia há muitos anos. Isso se deduz da essência de um Reino que constantemente questiona a verdade do *status quo* institucional eclesial e rompe o interesse e a inércia daquilo que comumente é entendido como seguro e estável. Este empenho não é fruto de um modismo anticlerical, mas é originário de uma profunda fidelidade à Igreja como sacramento da unidade e salvação da humanidade, na convicção de que seu único apoio é a palavra que liberta¹³⁰.

Todavia, esta renovação estrutural só será efetiva se conseguem partir das interpelações provenientes da sociedade.

Deter-se em problemas intraeclesiais, como acontece frequentemente com algumas formas de protesto na Igreja, especialmente nos países desenvolvidos, é passar ao lado do veio mais fecundo para uma verdadeira renovação da Igreja. Não se alcançará esta, em profundidade, a não ser a partir de efetiva tomada de consciência do mundo em que se vive e de real compromisso com ele¹³¹.

É a própria missão que suscita a renovação de suas estruturas. Ser sinal de salvação irá imbricar a Igreja em seu processo performativo e reformador. Busca, dentro deste movimento, uma configuração eclesial que esteja mais de acordo com os valores professados e anunciados.

¹²⁸ DUQUOC, C. *Creo en la Iglesia*. Precariedad institucional y Reino de Dios. Santander:Sal Terrae, 2001, p. 121.

¹²⁹ Cf. SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja*. Os pobres, lugar teológico da eclesiologia. São Paulo: Loyola, 1982, p. 220.

¹³⁰ Cf. GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 320.

¹³¹ *Ibid.*

Assim sendo, as estruturas eclesiais, não são mais que indícios potenciais do Reino que vem. Não é que não sejam nada, mas emergem como pontos de orientação precários e preciosos ao mesmo tempo, do que deveria estabelecer-se para que a sociedade não se entregue às múltiplas modalidades de violência e da exploração. Entretanto, sua fragilidade é exposta nas manipulações e perversões ao qual se submetem. É importante também ressaltar a necessidade da instituição, porém não se pode deixar de apontar seu caráter provisório em sua relação com o Reino. É necessária como lugar em que a Palavra de Deus dispõe de um espaço público. Através dela a Igreja atualiza a mensagem do Reino, antecipando-o, apesar de sua caducidade e fragilidade. Sem ela a Palavra se perderia no tempo e a prática da justiça e do respeito ao outro não seriam entendidas como força divina na fragilidade humana. Dessa forma, a dimensão estrutural da Igreja está a serviço do Reino e concomitantemente a serviço do crescimento da comunidade eclesial.

Buscar a renovação das estruturas não significa rejeitar tudo o que foi estabelecido por questões teológicas, históricas ou sociais, mas perceber aquilo que, diante das mudanças sócio-culturais estabelecidas, precisam ser reformadas. E isto não pode ocorrer mediante a crítica pela crítica, mas deve nascer, precisamente, do amor pela Igreja e do anseio que ela realize este processo de conversão permanecendo fiel à sua vocação sacramental.

3.7.

Conclusão

O Concílio Vaticano II recupera e destaca a dependência da relação entre a missão da Igreja e a vida de Jesus de Nazaré. Assim, apenas na abertura constante aos critérios que Jesus apresenta é que a comunidade eclesial conseguirá permanecer fiel à sua mais íntima vocação: ser Sacramento do Reino.

Evidentemente, ser Sacramento do Reino não é uma adjetivação passiva, mas implicará nas exigências típicas desta sacramentalidade. Portanto, o primeiro passo é definir de que Reino a Igreja é sacramento. Com certeza falamos do Reino que Jesus anuncia, dom gratuito oferecido a todos e pelo qual

entrega a própria vida. Porém, este dom exige invariavelmente uma ação correspondente. Jesus não trata de um Reino exilado no futuro, mas continuamente aponta para sua presença no hoje da humanidade. E, convém ressaltar, é um Reino com prediletos. Sua proximidade com aqueles que todos evitavam - pobres, pecadores públicos, leprosos, meretrizes - apresenta um Reino que é oferecido preferencialmente aos grupos de marginalizados sociais e religiosos. E isto não é fruto de um mero sentido humanitário, mas é consequência histórica da afirmação amorosa do Pai.

Acolher o Reino, adentrar em seu movimento implicará em assumir posturas, fazer escolhas que possibilitem sua manifestação, mesmo que de maneira germinal. Esta semente, plantada na história humana e que um dia aparecerá plenamente como árvore frondosa, tem sua raiz pautada no amor gratuito de Deus manifestado na vida de Jesus. O Reino torna-se, assim, Dom e Exigência.

Para a Igreja estes critérios constituem o cerne de sua missão. Chamada a ser sinal visível deste Reino na história, ela deve optar sempre pelos valores que dele emergem. Claro que isto exigirá discernimento e coragem para assumir os riscos destas opções. Mas, somente nesta fidelidade ela poderá corresponder às exigências de sua missão, abrindo-se com docilidade à ação do Espírito e permanecendo atenta aos sinais dos tempos.

Desta forma, afastada da realidade a sacramentalidade da Igreja perde sentido. Transforma-se em título honorífico que nada acrescenta nem significa. Entretanto, quando vivida no seio da sociedade, a sacramentalidade eclesial torna-se instância crítica de anúncio e denúncia. Apontará sempre para a defesa da vida e da justiça, tendo os marginalizados como filhos prediletos, por sua situação desumana.

Portanto, longe de ser uma realidade obsoleta e congelada a sacramentalidade eclesial é sempre relação-relativa. Relação em sua dependência trinitária, com quem deve estabelecer vínculos e permanecer constantemente à escuta. E relativa porque será sempre questionada e desafiada pelo horizonte que vislumbra, sendo submetida ao crivo de sua significância simbólico-sacramental. Assim, na Igreja, ainda que de maneira incipiente, o Reino ganha densidade histórica, recebe visibilidade. É importante que fique

claro que esta sacramentalidade também toca as estruturas eclesiais. A relação com a história e com a sociedade se dá também através da mediação institucional. Todavia, é perceptível que estas mediações são devedoras de uma determinada época e que se localizam cada vez mais distantes dos anseios dos homens e mulheres contemporâneos. Consciente desta responsabilidade, a Igreja precisa assumir uma posição constante de conversão que re-coloque sob o prisma do Reino suas estruturas eclesiais. Só assim poderá realizar uma reforma realmente substancial e permanecer fiel à sua sacramentalidade. No entanto, segurança garantida por estruturas sedimentadas durante séculos, muitas vezes, impede o avanço e as transformações necessárias.

Esta necessidade de reforma das estruturas permanece ressaltada nos discursos magisteriais. No entanto, a falta de modelos eclesiais concretos que guiem as transformações necessárias travam seu avanço. Mesmo o Vaticano II não aponta as saídas para a construção de uma realidade eclesial “diferente”. Os esforços são múltiplos, assim como também são múltiplas as tentativas de manutenção de modelos institucionais devedores de outros contextos. Contudo, o retorno à Bíblia, sobretudo ao Novo Testamento, e aos Santos Padres constituem um importante alicerce para a construção de um novo modelo. Convém ressaltar, que a construção de uma configuração eclesial que possa responder aos questionamentos contemporâneos é um processo lento e cuidadoso. Afinal, a Igreja não pode correr o risco de, na ânsia por respostas, atropelar a própria identidade diluindo-se na sociedade. Porém isto não retira a obrigação de fazê-lo.

Para a construção de novas configurações eclesiais, o paradigma fundamental é a vida de Jesus de Nazaré. Dela os critérios emergem e para ela as configurações convergem. Suas opções e palavras desvelam o Reino. Para a Igreja, permanecer fiel a esta atitude consiste um grande desafio. Afinal, uma Igreja que quer ser Sacramento do Reino inserida numa situação de pobreza e exclusão não pode se dar ao luxo de permanecer surda aos apelos e lacunas que esta realidade apresenta. Portanto, estruturas renovadas que sejam capazes de apresentar respostas e ações condizentes com os problemas sociais, através do estímulo ao protagonismo dos pobres e à comunhão de vida são necessidades

urgentes para que a significação eclesial e seu anúncio sejam realmente coerentes.

Esta significação sacramental das atitudes de Jesus está ressaltada de maneira singular na “comensalidade aberta” que estabelece com todos que se aproximam. A mesa transforma-se em símbolo do Reino. Realidade aberta à todos e que, mediante tal abertura, busca apresentar feições e critérios para a sociedade, mas, sobretudo, para a pequena comunidade que vai sendo gerada ao redor de Jesus.